

RESENHAS

FILTRADA A VOZ, OUVIR OS RESÍDUOS

Marcos Silva*

D'Araújo, Maria Celina e Castro, Celso (orgs.). *Ernesto Geisel*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1997.

A publicação desse livro representa uma conquista da pesquisa histórica, uma vez que Ernesto Geisel, presidente do Brasil de 1974 a 1979, era conhecido pela autoritária distância que mantinha em relação à imprensa. Durante seu mandato, concedeu apenas uma entrevista coletiva – e no exterior.

O fato de D'Araújo e Castro conseguirem 33 horas e 20 minutos de gravação (!) com personagem tão arredio, num total de 800 folhas transcritas (!!) e depois editadas num volume de 494 páginas (!!!), enriquecido com imagens, cronologia e índice onomástico, é digno de admiração, embora não mude aquele primeiro espectro de afastamento do ex-presidente: tais entrevistas se situam num patamar de distinção diferente do contato com a imprensa cotidiana, configurando solene entrada na história, que rememora um percurso valorizado, longe da opinião pública no calor da hora. Tanto é assim que, de acordo com a vontade do depoente (p. 10), só foram publicadas postumamente. Numa de suas respostas, Geisel sintetiza bem o peso que atribuiu a suas falas: “*Se quiserem saber alguma coisa para a história, terão este depoimento*” (p. 286).

O livro se insere no projeto do CPDOC/FGV, dedicado à memória militar brasileira, parte de seu trabalho mais amplo com a elite política do Brasil, num pioneiro trajeto de história oral. O trabalho revela o zelo metodológico habitual das pesquisas desenvolvidas pelo CPDOC¹, resultando num texto limpo, talvez demasiado limpo: após a

* Professor do Departamento de História da FFLCH/USP, bolsista de produtividade do CNPq.

1 Uma síntese dos procedimentos de método em história oral correntes na FGV é Verena Alberti, *História oral: a experiência do CPDOC*, Rio de Janeiro, FGV, 1990.

transcrição e a provável edição preliminar pelos próprios entrevistadores (que não foi registrada, mas é comum nesse tipo de estudo), aquela massa documental foi submetida a duas revisões pelo narrador, chegando ao resultado final que atinge o leitor sem maiores comentários sobre o contexto dos depoimentos, seus impasses e outros sentimentos – inclusive, dos pesquisadores – presentes ao longo daquele convívio².

Tanta limpeza de texto pode provocar involuntárias cores desbotadas e desgastes na superfície, com a perda de alguns traços definidores da fala registrada – hesitações, euforias, ritmos e tons expressivos, outras emoções... O risco maior é ver o depoimento oral destituído de sua oralidade, em nome da hegemonia da escrita e do padrão culto da língua, com o descarte de tensões internas, numa domesticação do produto final. Como consequência, esforços e conquistas chegam a ser diminuídos, aproximando o resultado de uma autobiografia legitimada pelo entrevistado³ e transformando os pesquisadores em prestimosa assessoria dessa tarefa, embora a decisão de preservar as perguntas sirva para lembrar sua ativa presença crítica em todo o processo, como se observa em algumas questões sutilmente provocativas (p. 112), sobre aspirações de militares no campo político, e (208), sobre grupo no poder que não sabe negociar, por exemplo.

A leitura do volume desfaz grande parte desses receios, tendo em vista a multiplicidade de temas abordados e dos materiais reunidos, sugerindo muitas vias de debate a partir daquele percurso. O afloramento de possíveis lapsos de Geisel, por sua vez, revela um panorama de autoritarismo e preconceitos do personagem, que finda superando aqueles excessos de limpeza textual, pois ultrapassa qualquer desejo de retrato oficial em palavras.

Dentre aqueles temas, destaca-se, inicialmente, o universo dos imigrantes alemães pobres no Rio Grande do Sul, como Geisel e seus parentes, com a valorização do estudo por alguns, o trabalho doméstico cotidiano e múltiplas formas de sociabilidade – religião, música, associações, etc. Em algumas passagens posteriores, há discretas menções do narrador à superioridade organizacional dos imigrantes e seus descendentes na po-

2 Há breve registro sobre problemas de saúde de Geisel ao longo das sessões de gravação e seu bom-humor, destoante da imagem prévia que D'Araújo e Castro tinham dele. Faltam, todavia, indicações sobre o dia-a-dia dos encontros e linguagens gestual e facial do entrevistado durante o registro de suas falas, por exemplo.

3 “(...) principalmente, representa o que Geisel quis deixar como testemunho para a posteridade” (p. 10).

pulação brasileira – o hospital autônomo no Rio Grande do Sul (p. 320), os nisseis paulistas da Cooperativa de Cotia (p. 330), os gaúchos, descendentes de italianos e alemães, num projeto em Minas Gerais, financiado pelo Japão (p. 331).

Em seguida, a formação militar do personagem ocupa significativo espaço, indicando um cotidiano de sobrevivência (nutrição, alojamento, solidariedade entre pares), campos de estudo – inclusive línguas e literatura – e o convívio com uma pluralidade de origens sociais dos cadetes (níveis familiares de propriedade e ocupações profissionais, regiões de origem), que poderia ser comparada aos comentários paralelos de Werneck Sodré sobre origens e ideais compromissos sociopolíticos dos militares brasileiros em período muito próximo⁴.

A partir da conclusão do curso na Escola Militar, em 1928, Geisel narra seu trajeto como oficial do Exército e diferentes situações da política e da vida militar nas quais atuou. Sua atenção foi mais dirigida para esses espaços públicos e profissionais, mencionando de forma passageira episódios pessoais, inclusive a dramática morte acidental de um filho adolescente, apresentada como “*uma ferida que custa a cicatrizar*” (p. 123). Essa postura discreta pode ser uma contrapartida às múltiplas críticas que dirigiu ao envolvimento de familiares de outros governantes em negócios do governo: o que interessa na vida de um homem público é sua ação pública.

Ao mesmo tempo, seus comentários sobre a política brasileira permitem definir alguns conceitos subjacentes aos juízos que construiu.

É assim que, abordando a renúncia de Jânio Quadros e a posse de João Goulart, descreveu um receio do Exército em relação ao último: “*Achávamos que seu governo iria ser faccioso, voltado inteiramente para a classe trabalhadora, em detrimento do desenvolvimento do país – era a sua tendência para a esquerda*” (p. 141). Numa primeira abordagem, a análise de Geisel opõe interesses da classe trabalhadora ao desenvolvimento do país. Um segundo nível de leitura permite concluir que o projeto de desenvolvimento do país dar-se-ia em detrimento da classe trabalhadora. Dependendo do intérprete, a frase pode reabilitar Goulart e comprometer os militares com uma maior exploração do trabalho.

Em sentido paralelo, o anticomunismo de Geisel se desdobra num permanente entendimento do outro como demagogo, sendo a diferença política uma “*doença incurá-*

4 Nelson Werneck Sodré, *Memórias de um soldado*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1967 e *História militar do Brasil*, 3ª ed., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979.

vel” (pp. 145 e 146). Essa postura teve continuidade no entendimento de seu governo como doador da normalidade política ao Brasil, desvalorizando a ação oposicionista e, em última instância, a cidadania – “(...) a abertura que eu tencionava fazer em meu governo, quando julgasse oportuno (...)” (p. 231). Nesses termos, a abertura política figura como projeto interno dos governos militares, praticamente desde a presidência Castelo Branco, donde a sociedade em movimento nada contar (p. 264). Os oposicionistas foram encarados como empecilhos ao processo (p. 420). Mesmo a base parlamentar do regime, no que se refere ao orçamento, podia, no máximo, fazer “*propostas que, muitas vezes, eram aceitas*” (p. 299), sem a autonomia de um poder. Não é abusivo identificar esse mundo como ditadura esclarecida.

O ano de 1964 foi caracterizado pelo ex-presidente por uma ação espontânea da população contra o governo Goulart, o que finda se chocando com todas as evidências que apresenta sobre a atuação do IPES, do IBAD e dos militares. Os governos castrenses, a partir de Castelo Branco, receberam matizes em termos de projetos sociais e administrativos, evidenciando diferentes posturas de governantes e equipes.

As críticas da Anistia Internacional e da imprensa estrangeira à situação dos direitos humanos no Brasil foram rejeitadas pelo depoente em função da existência de problemas similares noutros países do mundo – EUA e Inglaterra foram explicitamente citados. Essa postura tendeu a normalizar o que era generalizado, evidenciando forte dose de conformismo.

Geisel evidencia certa desconfiança em relação aos empresários, por estarem “*pressos aos seus interesses*” (p. 265). Essa percepção, todavia, exclui os próprios militares de interesses específicos na sociedade e tende a reduzir toda esfera pública aos limites do Estado.

Em três ocasiões, o general advertiu sobre não ser maquiavélico: “*Não pensem que sou maquiavélico, mas (...)*” (p. 390), “(...) – *não pensem que isso é uma atitude maquiavélica (...)*” (p. 403), e, caracterizando seu governo, “*Não podia haver maquiavelismo ou manobra escusa*” (p. 464). Quando ele encerrou o relato da demissão do General Frota, ministro do Exército, os entrevistadores lhe perguntaram: “*O senhor leu O príncipe, de Maquiavel?*”. A resposta foi: “*Sim, como não: ‘O primeiro dever do príncipe é assegurar os meios para se manter no poder’. É um livro realista para aquela época, e hoje em dia mal interpretado*” (p. 406).

Esse é um trecho especialmente importante do volume para um melhor entendimento de seu personagem e narrador. Em primeiro lugar, fica evidente a cultura clássica de Geisel, expressa na citação de um trecho preciso daquele livro e própria a um ditador

esclarecido. Em segundo lugar, vale realçar a extrema articulação de seu discurso, que, provavelmente, não se reduz a “maquiavelismo” mas explicita uma organização argumentativa coerente, com um projeto político complexo. Em terceiro lugar, avulta o anúncio de um depoimento transparente, de puro realismo: “*Conto as coisas como são ou como foram*” (p. 464), última resposta do volume. Diante de falas pensadas com tanta densidade de projeto, cresce a importância de uma leitura crítica e cuidadosa, deslocando a história oral de qualquer função meramente realista, que reitere a voz registrada como fetiche.

Uma decorrência daquele pensamento tão articulado é seu autor conceber a democracia com ressalvas, resultando numa visão tutelar da cidadania, tendo em vista a desqualificação do eleitorado, exemplificada pelo ex-presidente em favelados, flagelados e “*Muita mocinha de 16 anos*”, supostos eleitores de Fernando Collor⁵. Aquelas ressalvas se relacionam também com a resposta dada à questão: “*Este país tem jeito? – Tem, mas vai levar tempo. É um problema de educação do povo*”.

Num narrador tão cauteloso, essa resposta é extremamente sintomática: Geisel, com certeza, considerava-se educado; o povo, portanto, era o outro.

O mais grave da frase é sua emissão numa República – *res publica*, coisa do povo. Se o povo ainda é tão inferior, resta a ditadura esclarecida, sem torturas contumazes nem outros comportamentos escandalosos, mas tutelando os incapazes, a maioria da população.

É muito provável que Geisel tenha seguidores, e não apenas militares, até hoje, inclusive, na presidência da república.

Diante disso, o livro organizado por D’Araújo e Castro adquire grande importância, extrapolando uma experiência individual, uma identidade corporativa e um quinquênio presidencial.

5 Logo depois desse comentário sobre a eleição de Collor, os entrevistadores apresentaram uma importante questão: “*Pelo que ficou claro depois, houve quase que uma quadrilha tomando conta do governo. Os empresários e outros que apoiaram a candidatura Collor não desconfiavam disso?*” (p. 452). A fineza da pergunta reside em lembrar: tais apoiadores não eram favelados, flagelados nem mocinhas de 16 anos.